

A CONTRIBUIÇÃO DA CONTABILIDADE NA GESTÃO DE UMA EMPRESA DO SEGMENTO DE ENSINO¹

Oseias Luan Hunnig; Tiago Alberto Costella²
Frankimar Wilson Mazetto; Roberto Kemper³

RESUMO

O objetivo do estudo foi verificar a contribuição da contabilidade para uma empresa do segmento de ensino. Para tanto, classifica-se o estudo como método indutivo. O nível de pesquisa foi a descritiva, o delineamento foi o estudo de campo. O instrumento de coleta de dados foi a entrevista, realizada no mês de abril de 2016. A população do estudo são as instituições de ensino superior e a amostra é representada pela UCEFF Faculdades. A análise de dados foi qualitativa. Para desenvolver o lado empreendedor do aluno foi desenvolvida uma instituição de ensino privada. E os resultados do estudo evidenciam que a instituição foi constituída através de contrato social sendo a sociedade em nome coletivo ilimitada entre dois sócios e tem sua tributação através do Lucro Real. Para o início das atividades da empresa, foi realizado um investimento inicial através do capital dos sócios e através de capital de terceiros, que foi representado através do balanço patrimonial inicial. Os resultados apurados no primeiro trimestre foram representados na demonstração do resultado. Após o termino do trimestre foi desenvolvido um balanço patrimonial final demonstrando a situação da instituição.

Palavras-chave: Instituição de ensino. Contabilidade. Resultado. Patrimônio.

1 INTRODUÇÃO

O fenômeno da expansão do empreendedorismo gera impactos profundos não apenas na economia como na cultura de uma nação. Tal cenário, alavancado pelo desenvolvimento estadunidense na área trouxe ao Brasil, em seus últimos 20 anos, a oportunidade de repensar o impacto social, tecnológico e econômico gerado pelo segmento empresarial (DORLENAS; SPINELLI; ADAMS, 2014).

Sobre este contexto, somada à constante transformação da legislação que envolve a construção de um negócio, entende-se que uma gestão contábil não apenas se prova conveniente, mas necessária. Na área do ensino não poderia ser diferente. A boa contabilidade e administração verificam-se fundamentais para qualquer empresa que queria se manter atuante em um segmento tão competitivo. No Brasil, é a partir da década de 90 que o ensino passa a ser

¹Atividade Corporativa desenvolvida ao longo do semestre, envolvendo todas as disciplinas do 1º Período (2016) de Ciências contábeis da UCEFF Faculdades.

² Acadêmicos do curso de Ciências Contábeis da UCEFF Faculdades. E-mail: oseiasunning@gmail.com; tiagocostella@gmail.com.

³ Orientadores da pesquisa, docentes da UCEFF Faculdades. E-mail: frankimazetto@hotmail.com; roberto@kemper.cnt.br.

considerado um negócio, e alterações na legislação educacional do país, como a Lei de diretrizes e bases da educação nacional – lei 9394/96 - (BRASIL, 1996), trouxe um novo cenário até então pouco explorado pelo mercado (MAINARDES; MIRANDA; CORREIA, 2011).

O cenário empresarial que envolve as instituições de ensino superior, propriamente o ensino superior privado, é composto por uma gama de fatores variáveis que tornam o ramo particularmente complexo a uma análise mercadológica. Suas características ultrapassam as particularidades de seus consumidores, assim como seus benefícios vão muito além destes. Segundo Contador (2008), a educação corresponde a um bem semipúblico, reunindo em si particularidades de bens públicos e bens de mercado, onde o nível de educação da população gera um benefício global superior a singularidade dos indivíduos. Por outro lado, como bem de mercado, tem-se facilmente identificável sua divisibilidade, e através do preço é quantificável parte de seus benefícios (SECCA; LEAL, 2009).

À luz dessa perspectiva emerge a análise do problema em apreço, **como a contabilidade contribui para a gestão de uma empresa do segmento de ensino?** Desse modo o objetivo do estudo foi verificar a contribuição da contabilidade para uma empresa do segmento de ensino. O estudo justifica-se por alcançar uma melhor compreensão das figuras que envolvem a gestão administrativa contábil de uma sociedade empresarial no ramo do ensino.

Considerando as peculiares características deste setor, entende-se relevante para uma compreensão fidedigna do segmento, não apenas dados econômicos como demanda e oferta, o acesso a crédito e políticas públicas, mas também dados de cunho sociológico como ingresso e desistência ou formação e qualificação ao mercado. Neste ínterim, a importância de tal empreendimento se justifica no cenário de 2016, talvez mais do que outrora, frente ao particular momento de nossa economia nacional, com a intenção de captar o auxílio que os instrumentos disponibilizados pela contabilidade possibilitam ao empresário neste segmento econômico.

2 AMBIENTE DE ESTUDO

A base de mercado que sustenta um empreendimento na área do ensino superior destaca-se em um primeiro momento pela sua concorrência com a oferta pública. Contudo, apesar das prerrogativas que cabem a um setor sob o domínio do Estado, observou-se, ainda anteriormente a Constituição Federal de 1988 e o enaltecimento dos princípios liberais que a regem, um crescimento vertiginoso e desproporcional do ensino privado em comparação ao público.

Como salienta Sampaio (2011), desde a segunda metade do século XX, o relativo equilíbrio que caracterizava a relação pública e privada na educação superior no Brasil, em termos de número de instituições e de matrículas, rompeu-se em decorrência da natureza da expansão do sistema.

Tal cenário acompanhou o progresso nacional, de maneira geral, até o século XXI. Analisando o Censo das instituições de ensino superior, realizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais/Ministério da Educação (INEP/MEC, 2014), nota-se que de 2009 a 2012 existiu um crescimento considerável da área. O número de ingressos passou de pouco mais de dois milhões em 2009 para 2.756.773 em 2012, assim como o crescimento do próprio número de instituições. Tal contexto, para o segmento privado, uma vez que capta a grande parte desses números (mais de 73% do total dos estudantes de ensino superior estão no ramo privado), representou notável avanço nestes anos passados.

Esse contexto, entretanto, vem nos últimos anos apresentando dificuldades na manutenção dos bons resultados de outrora. Já em 2013, o número de ingressos mostra uma pequena queda, totalizando 2.742.950. Queda também vista no número de concluintes, que não chega a alcançar a margem de um milhão alcançada em 2012.

A crise econômica atual mostra-se ainda mais severa ao setor em questão, o privado. Segundo relatório da Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior (ABMES) com dados do INEP/MEC, em 2011 o comparativo entre ingressantes e concluintes mostra um percentual nas instituições privadas de 53,20%, enquanto a esfera pública carregava 45,63%. Todavia, em 2012 este cenário começa a se inverter, culminando, por fim, em 2013 com 41,73% apenas para o setor privado e 45,11% ao setor público.

Um dos fatores que corroborou com esta perspectiva retrativa para todo o setor foram as alterações no Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), mobilizadas por uma política de redução de gastos governamentais. Políticas que afetaram significativamente instituições que apostaram no programa para seu crescimento (NONATO, 2015).

Dados como estes nos mostram em primeira mão como variações econômicas no cenário nacional repercutem sobre a área do ensino. E como um segmento em concorrência com a administração Estatal pode absorver seus efeitos.

Tal perspectiva, porém, não deve ser olhada com inibição para investimentos e sim como oportunidade. Afinal, apesar das relações ingressantes/concluintes apresentar relativa inversão, e levadas em conta as recentes alterações na legislação de incentivo ao setor, ainda assim, à contracorrente desta análise, o setor privado mantém mais de 73% da demanda do ensino superior (GOMES, 2016).

Essa estimativa, traz à tona uma realidade cada vez mais marcante sobre o mercado do ensino, e sua posição frente a economia. Não é atual, a crescente necessidade de qualificação profissional exigida pelo mercado globalizado contemporâneo e sua importância para uma boa colocação no mercado de trabalho.

Segundo Nonato (2015), a perspectiva para os próximos anos, apesar de complicada, mostra ainda possibilidades de crescimento. O empresário a ingressar no segmento deve estar ciente sobre as dificuldades cíclicas que operam na economia e quais são as melhores estratégias para o mercado. Além de estar atento a inovações, como o ensino a distância, ou ainda apostar em opções que diminuam a dependência governamental.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Com a intenção agregar suporte teórico conceitual ao presente projeto, dedica-se agora a análise dos fundamentos da contabilidade; matemática financeira; direito empresarial; ética no mercado de trabalho; assim como a metodologia, necessários para a elaboração de uma empresa no segmento em questão.

3.1 A CONTABILIDADE NA GESTÃO EMPRESARIAL

Sob o enfoque da problemática em questão é mister compreender os aspectos gerais da contabilidade em si, como ciência e como instrumento nas mãos dos gestores. Neste sentido a contabilidade serve a um propósito específico: Prestar informações úteis aos seus usuários (RODRIGUES; GOMES, 2014). Portanto, saber quem são estes usuários; quais informações são estas; porque lhes são úteis; assim como saber como são produzidas, é buscar responder à questão “ O que é contabilidade? ”.

Segundo o conceito oficial, desenvolvido pelo primeiro Congresso Brasileiro de Contabilidade em 1924 “contabilidade é a ciência que estuda a prática e as funções de orientação, de controle e de registro, relativos aos atos e aos fatos de administração econômica”. A rica literatura acerca do tema, porém, aponta as várias outras formulações que complementam esta ideia, como a do professor Franco (1990, p. 21).

É a ciência que estuda, controla e interpreta os fatos ocorridos no patrimônio das entidades, mediante o registro, a demonstração expositiva e a revelação desses fatos, com o fim de oferecer informações sobre a composição do patrimônio, suas variações e o resultado econômico decorrente da gestão da riqueza patrimonial.

Estas informações, oriundas do controle e interpretação dos fatos ocorridos com o patrimônio são obtidas através das técnicas contábeis. Estas podem ser definidas como a maneira que as informações contábeis são registradas (SANTOS, 2011). A escrituração, auditoria, demonstrações contábeis e análise de balanço compõem o rol de técnicas que corroboram para fazer da contabilidade uma ciência (SANTOS, 2011). Entretanto, sob a perspectiva dos usuários da informação contábil, o que lhes é pertinente, mais que a boa contabilidade exercida pelo contabilista, é o resultado final. As demonstrações que evidenciam o patrimônio da entidade.

Neste âmbito, é pertinente mencionar, que existem demonstrativos quais são exigidos por lei, e outros que apesar de, da mesma forma auxiliarem a contabilidade, não carregam nenhuma exigência legal. Entre os demonstrativos requisitados por nosso legislador temos: Balanço patrimonial; Demonstração do resultado do exercício; Demonstração das mutações do patrimônio líquido; Demonstração dos fluxos de caixa; Demonstração do valor adicionado (COELHO; LINS, 2010).

Segundo o Comitê De Pronunciamentos Contábeis – Estrutura Conceitual Básica Para a Elaboração e Apresentação Das Demonstrações Contábeis (CPC, 2010), o objetivo das demonstrações contábeis vai de encontro com o supracitado conceito de contabilidade. Nas palavras do pronunciamento: o objetivo das demonstrações contábeis é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o desempenho e as mudanças na posição financeira da entidade, que sejam úteis a um grande número de usuários em suas avaliações e tomadas de decisão econômica.

Neste sentido, o Balanço patrimonial, é o demonstrativo que evidenciará a composição dos elementos do patrimônio da entidade – bens, direitos e obrigações. Enquanto a Demonstração do resultado do exercício se ocupará em apurar o lucro ou o prejuízo contraído pela entidade (COELHO; LINS, 2010).

Contudo, ainda resta, a saber, quem se beneficia dessas informações? Quais são os usuários da contabilidade. Novamente, fazendo uso dos pronunciamentos contábeis, este nos dá uma ideia sobre os potenciais interessados da contabilidade de uma entidade: “Entre os usuários das demonstrações contábeis incluem-se investidores atuais e potenciais, empregados, credores por empréstimos, fornecedores e outros credores comerciais, clientes, governos e suas agências e o público” (CPC, 2010, p. 6).

Portanto percebe-se que sob um enfoque interno da entidade, as informações servem a todos os níveis da administração, cada qual com seu interesse específico. E num plano externo todos aqueles que estão envolvidos com a empresa de alguma forma. Seja um investidor, que

procura estabilidade financeira dentro da empresa qual procura investir, seja o governo com o intuito de fiscalizar se as operações da empresa estão em conformidade com a legislação em vigor.

3.2 DIREITO EMPRESARIAL E LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA

Apesar do tema “Negócios” nos suscitar algo quase que imemorial, a evolução daquilo que veio a se constituir como Direito empresarial é resultado de apenas alguns séculos de intensa atividade comercial, transformações significativas nos Estados europeus, e o acompanhamento pátrio das inovações legislativas trazidas com estas mesmas mudanças. Caracterizado inicialmente como um direito de classe (classe dos comerciantes), passando pela centralização estatal e a expansão mercantilista, através da inovação do código napoleônico e a teoria dos atos de comércio, nasce o conceito moderno de “Empresa” na Itália em 1942 (NEGRÃO, 2003).

Sob esta nova concepção pressupõe-se que empresa é uma organização, ou uma atividade organizada, que atua no plano econômico com a finalidade de obter vantagens econômicas. Logo, podemos intuir que empresário é o sujeito que exerce esta atividade organizada. Nossa legislação traz esta conceituação expressa no art. 966 do Código Civil (2002) considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.

Não obstante, não são ilimitadas as formas pelas quais é possível um empresário, ou um grupo de empresários organizarem a atividade que desejam empreender. Nosso Código Civil (2002) dispõe sobre as formas específicas que podem assumir tanto o empresário individual como uma sociedade empresária.

Atualmente o Código Civil prevê duas formas de exercer a atividade empresarial de forma individual: o próprio empresário individual, assumindo de forma ilimitada a responsabilidade sobre sua atividade, e a nova figura do EIRELI, cuja principal inovação foi possibilitar, dentro do universo do empreendimento individual, que a responsabilidade sobre a atividade não se estenda à pessoa física, se limitando, desse modo, ao capital investido (RAMOS, 2012).

A atividade empresarial coletiva, por sua vez, comporta um rol maior de figuras jurídicas. As sociedades empresárias, segundo o Código Civil, se subdividem em “Sociedades

Não Personificadas” e “Sociedades Personificadas”. Isto diz respeito à constituição ou não de uma personalidade jurídica (NEGRÃO, 2003).

Nossa análise converge para as ditas Sociedades Personificadas, sendo elas: Sociedade em Nome Coletivo; Sociedade em Comandita Simples; Sociedade Limitada; Sociedade Anônima; Sociedade em Comandita Por Ações. Especificamente, com referência à forma a ser utilizada para o desenvolvimento deste projeto, enquadra-se a “Sociedade em Nome Coletivo”. Tal opção se verifica pela instrução sobre a responsabilidade ilimitada dos seus sócios, sendo este o único tipo societário em que estes respondem ilimitadamente (COELHO, 2012).

Tal espécie segue um modelo de uma sociedade familiar, sendo uma das formas mais antigas de sociedade, nas palavras do professor Negrão (2003, p. 25).

A nova legislação dissipou dúvidas doutrinárias que eram objeto de posições divergentes adotadas ao longo de um século e meio de vigência do código comercial. Estabeleceu, por exemplo, de forma expressa, que somente as pessoas físicas podem tomar parte na sociedade e a impossibilidade de o credor particular do sócio pretender a liquidação da quota do devedor.

A necessidade de que apenas as pessoas físicas possam tomar parte na sociedade acarreta no tocante à administração da mesma, que está sempre caberá à pessoa física. Esta qualidade é condizente à supracitada responsabilidade solidaria ilimitada dos sócios. Solidária porque todos os sócios respondem pelo que houver de excedente quanto a satisfação de dívidas da sociedade com seus credores. E ilimitada porque este excedente não se limita ao capital investido na sociedade por sócio, se estendendo o quanto, desde que nos limites da lei, exceder a dívida (NEGRÃO, 2003).

Por fim, nos resta saber sobre o faturamento e dimensão das empresas, uma vez que a própria Constituição Federal trouxe a possibilidade de um tratamento diferenciado as microempresas e empresas de pequeno porte. Nota-se que estas designações (ME e EPP), assim como o recente Microempreendedor Individual (MEI), não constituem novas formas societárias (RAMOS, 2012). Estas são designações legais que enquadram as atividades empresariais quanto a seu faturamento para dispor de tratamento diferenciado.

Segundo enquadramento dado pela Lei do Simples Nacional (Lei Complementar 123 de 2006), as classificações de ME e EPP se referem a todos os tipos de empresa contidos no Código Civil de 2002, sendo limitadas quanto a seu faturamento. No caso das ME'S a 360.000,00 reais e as EPP'S a 3.600.000,00 reais. Aquelas empresas que auferirem anualmente valor superior a estes limites serão reguladas através da legislação geral.

O presente estudo analisará o caso de uma sociedade em nome coletivo cujo lucro anual estará limitado a 1.000.000,00 reais, sendo enquadrada, assim, dentro do conceito de Empresa de Pequeno Porte – EPP, submetida à legislação diferenciada trazida pela LC 123.

3.3 GESTÃO FINANCEIRA

Todo empreendimento, ao passo que busca atingir os resultados a que se propõem deve preocupar-se com gestão, e toda atividade empresária que busca a maximização de suas capacidades deve preocupar-se com a gestão financeira. Uma vez que a administração financeira, por estar intimamente ligada à alocação de recursos da entidade, é capaz de obter informações relevantes para solucionar eventuais problemas de ordem financeira ou operacional. Sua estreita relação com os recursos da empresa ainda proporciona, através das ferramentas que se disponibiliza, a possibilidade de contribuir para melhor alocação desses recursos e a tomada de decisões nos processos de investimento (SELENE, 2010).

As supracitadas ferramentas, que serão abordadas neste tópico, não são outro que um conjunto técnico e conceitos que compõem o arcabouço teórico administração e matemática financeira. Portanto, para melhor compreensão desses institutos, e assim a elucidação dos benefícios trazidos pela boa gestão financeira, damos atenção a alguns elementos-chave.

Um conceito básico que devemos abordar é a Inflação. Seus movimentos atraem a preocupação dos empresários na medida em que corresponde a “um movimento contínuo e ascendente do nível geral de preços” (VIANA, 2003, p. 15). Logo, sobre um aspecto econômico, a inflação pode ser representada por um simples aumento de preços, contudo, trata-se de compreender tal aumento dentro de um processo dinâmico qual se potencializa através da consolidação desta mesma força ascendente, impulsionando o aumento geral dos preços sempre a romperem novos patamares.

O impacto que a inflação gera nas empresas é relevante quanto a própria administração dos preços de venda e controle dos custos. Isto implica que, a inflação é capaz de ditar os caminhos que a gestão das empresas deve perseguir a fim de continuar a gerar lucros sobre um novo cenário mais oneroso (HOJI, 2003).

Este contexto nos leva a compreender sobre taxa de juros, uma vez que o governo faz uso das taxas como instrumento de política monetária com a intenção regulação do consumo e incentivo a poupança (HOJI, 2003). Em primeiro lugar, “Juro” conceitualmente pode ser abordado como aquilo que se paga por uma antecipação do poder aquisitivo. Para Gomes e Mathias (2002, p. 19) “O juro pode ser entendido como sendo o custo do crédito ou a remuneração do capital aplicado. Isto é, o juro é o pagamento pelo uso de poder aquisitivo por um determinado período de tempo”.

No cenário da economia nacional a taxa básica de juros é a taxa dada pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC). Operada a partir do Banco Central, esse sistema

registra eletronicamente todas as operações de compra e venda de títulos federais que são feitas entre as instituições financeiras. Todas as outras taxas são formadas a partir da SELIC. Sob o efeito das taxas de juros têm-se uma regulação quanto ao equilíbrio da economia nacional (MARQUES, 2003).

Uma vez observados alguns conceitos que surtem influências externas à gestão financeira das empresas, voltemos nosso olhar a outros dois conceitos que abrangem o arcabouço em questão sob ó ponte de vista da entidade em si. A saber os Investimentos e Financiamentos.

A geração de caixa, por vezes, pela simples atividade da empresa, pode ficar comprometida, sendo necessário à sua expansão através de investimentos, que “está associado ao comprometimento de recursos financeiros no presente, a fim de que tal esforço gere algum retorno em determinado período no futuro” (CORREA NETO, 2011, p. 165).

Desse modo, se de um lado é importante, almejando o bom funcionamento futuro de seu fluxo de caixa, a empresa dispor de investimentos, faz-se necessário dispor de recursos para tal.

[...] a materialização de tais investimentos requer recursos financeiros representativos, os quais devem ser providos a partir de uma ou várias fontes de capital [...] os próprios resultados operacionais acumulados da empresa podem mostra-se suficientes para fazer frente às necessidades projetadas de investimentos. Por outro lado, é possível que os resultados acumulados não sejam suficientes para financiar seus investimentos. Nesta circunstância, a empresa pode necessitar de recursos externos [...] (CORREA NETO, 2011, p. 175).

A liquidação dessas dívidas, ao trabalhar com os conceitos de juro, nos leva a noção de sistemas de amortização. Segundo Assaf Neto (2002, p. 339) "os sistemas de amortização são desenvolvidos basicamente para operações de empréstimos financeiros de longo prazo, envolvendo desembolsos periódicos do principal e encargos financeiros". Desse modo, ao contrário das aplicações financeiras que tem por intenção, por meio da capitalização constituir um valor a ser retirado no futuro, a contração de dívidas gera a necessidade de seu resgate através dos processos de amortização (HOJI, 2003).

Existem meios diferentes de se amortizar uma dívida, consagrados em sistemas particulares de amortização. O sistema de amortização constante (SAC) trabalha com parcelas iguais, onde o valor do financiamento é repartido em parcelas iguais, dado o período de tempo estabelecido. Assim, os valores dos juros e as prestações serão decrescentes, pois, amortizadas, uma a uma, os valores constantes das parcelas a aplicação dos juros terão, um a um, uma base de cálculo menor, gerando assim prestações também decrescentes (HOJI, 2003).

Retomando nossa premissa inicial, a gestão financeira, uma vez que está em contato direto com as entradas e saída de recursos é capaz de iluminar os caminhos que deverão ser

traçados pela entidade a fim de esta obter os resultados financeiros esperados. Os conceitos e técnicas supramencionados são alguns dos elementos que a empresa deve lançar-se mão para tal fim.

3.4 A CONTRIBUIÇÃO DA ÉTICA NO MERCADO DE TRABALHO

Dialogo imprescindível ao tratar do mundo empresarial é, pois, a ética. Não obstante os exemplos negativos que observamos no mundo contemporâneo, como o emaranhado dos canais de corrupção no governo e da iniciativa privada desonesta (acompanhada por um Brasil em comoção desde 2012, com a expansão do caso lava jato) ou mesmo grandes escândalos internacionais do mundo financeiro como o famoso caso Enron em 2001. É notável a busca pela humanidade em perseguir o caminho da Ética e o aprimoramento de seus valores morais (BERGAMINI JUNIOR, 2015).

Inicialmente um ramo da filosofia, a Ética acompanhou o homem como a ciência que estuda os comportamentos morais. A vida em sociedade trouxe a necessidade imanente do saber sobre nossos comportamentos, sobre a expressão subjetiva de nossas decisões sobre outros homens em sociedade, sobre enfim, nossa moral (VÁZQUEZ, 1997). Tal ímpeto científico, por sua vez, pressupõem um método e o norteamento por princípios gerais tão ricos e variados como são as diferentes abordagens filosóficas. Uno, entretanto, é o espírito por justiça, retidão, probidade e lealdade, valores mesmos positivados, a exemplo, no código de ética dos servidores da união (BRASIL, 1994).

A literatura que se debruça sobre a análise da ética empresarial, traz ao cenário uma relação com o próprio objetivo de um negócio: o lucro. Nas palavras de Denny (2001, p. 135) “O comportamento ético dentro e fora da empresa permite às companhias inteligentes baratear os produtos, sem diminuir a qualidade e nem baixar os salários, porque a cultura ética torna possível reduzir os custos de coordenação”. Tal visão do funcionamento ético como um motor de crescimento empresarial traz uma contraposição à antiga ideia do “egoísmo” regendo as relações de mercado (SROUR, 2008), encaminhado mesmo à ideia do agir ético-profissional. Segundo Lopes de Sá (2010, p. 127).

Cada conjunto de profissionais deve seguir uma ordem que permita a evolução harmônica do trabalho de todos, a partir da conduta de cada um, através de uma tutela no trabalho que conduza a regulação do individualismo perante o coletivo [...]. O Sentimento social é um imperativo na construção dos princípios éticos, e estes são incompreensíveis sem aquele.

É sobre este contexto que grande parte dos códigos de ética profissionais foram produzidos, e o código de ética do contador não é exceção. Trazido pela resolução do CFC N 803 de 1996, o código de ética, como disposição legal dentro de nosso ordenamento jurídico se afasta da abstração universalista da investigação filosófica sobre a moral, para ditar, segundo a consagração de nossos próprios princípios morais, a conduta ética do contador no exercício de sua função: “Art. 1º Este Código de Ética Profissional tem por objetivo fixar a forma pela qual se devem conduzir os Profissionais da Contabilidade, quando no exercício profissional e nos assuntos relacionados à profissão e à classe” (BRASIL, 1996).

Observamos, com a redação deste artigo, que os códigos de ética, enlaçam em uma relação jurídica nossos princípios morais, entendidos como o modo como o indivíduo age em sociedade, e a forma como este mesmo indivíduo na qualidade de profissional deve se comportar em sua função. Trazendo, na medida em que se trata de Lei em sentido amplo, consequências ao profissional que não conduzir sua relação de trabalho sobre estes postulados.

Outro pertinente debate ético, ao tratarmos do mundo empresarial, e objetivo recorrente em vários códigos de ética é a questão do “sigilo de informação”. A relação de confiabilidade para com os detentores de informações sigilosas é pedra angular na ética profissional. No caso do profissional de contabilidade, ao lidar com os usuários externos, este pode prejudicar não apenas a si próprio em sua atividade como também trazer consequências graves para a empresa (CUNHA; COLARES, 2014).

O Código de Ética Profissional do Contador (CEPC) traz expressamente o dever do contabilista sobre o sigilo do que vier a saber, em razão de sua atividade e a vedação de revelar negociações confidenciais que venha a saber:

Art. 2º São deveres do Profissional da Contabilidade:
[...] II – Guardar sigilo sobre o que souber em razão do exercício profissional lícito, inclusive no âmbito do serviço público, ressalvados os casos previstos em lei ou quando solicitado por autoridades competentes, entre estas os Conselhos Regionais de Contabilidade.

Tal sigilo segue um ideal de confiança, sem o qual certos serviços ou atividades, simplesmente não se sustentariam. Uma vez rompida esta confiança, termina-se a relação entre o profissional e o cliente. Para Lopes de Sá (2005) impossível é admitir como sadio, um comportamento profissional que não tenha como base a discrição e a proteção ao cliente.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O objetivo do estudo foi verificar a contribuição da contabilidade para uma empresa do segmento de ensino. Para tanto classificou-se o estudo quanto ao método como indutivo. O nível de pesquisa descritiva, o delineamento estudo de campo. O instrumento de coleta de dados a entrevista que foi realizada no mês de abril de 2016. A população do estudo foram as instituições de ensino superior e a amostra foi representada pela Uceff Faculdades e os dados foram analisados de forma qualitativa.

Pode-se concordar que para que se possa fazer uma pesquisa e produzir o conhecimento científico, necessita-se de método. Método tem a função de guiar (orientar) dentro da pesquisa, organizando as ideias de uma forma que todos compreendam, segundo Bueno (1988, p. 2.423) o próprio conceito de método deriva “[...] do latim *methodus* e do grego *méthodos*, de meta, objetivo, finalidade, e hodós, caminho, direção, meio mais eficaz para atingir a meta, o objetivo”.

Por método entendo regras certas fáceis, graças às quais todos os que observam exatamente não suportarão jamais verdadeiro o que é falso, e chegarão, sem se fatigar em esforços inúteis, mas aumentando progressivamente sua ciência, ao conhecimento verdadeiro de tudo o que podem atingir. (DESCARTES apud RUSS, 1994, p.185).

O método científico que orienta o estudo foi o indutivo, que segundo Gil, (1999, p.28) “[...] parte-se da observação de dados ou fenômenos cujas causas se deseja conhecer. A seguir, procura-se compará-las com a finalidade de descobrir as relações existentes entre eles. Por fim, procede-se à generalização, com base na relação verificada entre os fatos ou fenômenos”.

O nível de pesquisa utilizado foi a descritiva. Segundo Gil (2010) tem como objetivo descrever as características de uma população. O delineamento da pesquisa foi o estudo de campo. O estudo de campo é realizado onde os fatos estudados acontecem e utiliza-se de entrevista, questionário, mas principalmente a observação (GIL, 2010).

O instrumento de coleta de dados utilizado nesse estudo é a entrevista. A entrevista foi realizada com a coordenadora dos cursos de ciências contábeis e administração da UCEFF Faculdades professora Leossania Manfroi no mês de abril de 2016. De acordo com Gil (2010) a entrevista consiste em um estreito relacionamento com entrevistador e entrevistado.

A população alvo desta pesquisa são todas as empresas do ramo de ensino, localizadas no município de Chapecó/SC. “População são todos os membros de um grupo definido de pessoas ou itens” (FIGUEIREDO. *et al.* apud PARENTE 2005, p. 386).

Já a amostra delimita-se em apenas uma única empresa do ramo de ensino, sendo essa UCEFF Faculdades, localizado em Chapecó/SC. “Amostra é a porção de uma população pré-definida” (FIGUEIREDO. *et al.* apud PARENTE 2005, p. 386).

A técnica de análise e interpretação de dados utilizada nesta pesquisa como já citado classifica-se como qualitativa. Qualitativo nada mais é que a interpretação dos dados se levando em consideração seu conteúdo (FIGUEIREDO. *et al.* 2014). Posse se dizer que essa é a forma de apresentação mais adotada na criação de textos.

5 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

O objetivo do estudo foi verificar a contribuição da contabilidade para uma empresa do segmento de ensino. Através da observação e análise de uma empresa já formada, podem-se absorver exemplos importantíssimos sobre o funcionamento da mesma, e com isso ter uma ideia mais ampla e clara de como constituir uma nova instituição no mesmo segmento.

Levantar informações sobre a constituição, história, o regime tributário, política de elaboração de preços, tempo de atuação no mercado, quantidade de sócios e funcionários, como é feito o marketing para a venda de seus produtos ou serviço, qual a atual situação da instituição e quais os planos da mesma para o futuro, é possuir informações significativas para saber o direcionamento que se deve seguir para abertura de empreendimentos similares, e com isso obter o sucesso empresarial.

5.1 ANÁLISE DAS CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA OBSERVADA

Foi realizada uma entrevista na instituição de ensino UCEFF Faculdades, localizada na Rua Lauro Müller, 767 E, bairro Santa Maria, Chapecó/SC onde se obteve as seguintes informações. A Unidade Central De Educação FAEM Faculdades (UCEFF) surgiu em novembro de 2009 migrando da Faculdade Empresarial (FAEM), se tornando assim a maior instituição de ensino privado do oeste de Catarinense.

A instituição possui dois prédios locados onde são usados um como matriz e outro como filial. A matriz localizada no bairro Santa Maria em Chapecó/SC, onde disponibiliza graduação em ciências contábeis Premium, administração Premium, odontologia, redes de computadores e sistemas para internet assim como a pós-graduação e a *Master in Business Administration* (MBA).

Na filial funciona o centro politécnico, localizada no bairro Quedas Do Palmital também em Chapecó/SC disponibiliza graduação em agronomia, arquitetura e urbanismo, design, engenharia ambiental e sanitária, engenharia civil, engenharia elétrica, engenharia mecânica, engenharia de produção e engenharia química.

A mesma possui dois sócios no contrato social estando encaixada como uma sociedade LTDA, no segmento de serviços, tem seu regime tributário apurado através do lucro real. Os impostos que mais oneram a empresa sobre a atividade são o ISS, PIS e COFINS. Da mesma forma, sobre a folha de pagamento o INSS e FGTS. Gera cerca de 200 empregos, entre professores e administrativo, tendo um gasto mensal aproximado de R\$ 700.000,00 com folha de pagamento e outros gastos com locação de prédios, luz, água, manutenção, serviços terceirizados como segurança.

Possui cerca de 2.300 alunos matriculados, dos primeiros períodos à pós-graduação/MBA, tendo com isso um faturamento bruto de aproximadamente 2.500.000,00 de reais por mês. Para a formação de preços das suas mensalidades são levados em consideração a demanda no mercado, a concorrência, o investimento que cada curso necessita, seja ele com laboratórios ou aparelhagem específica. Somados aos gastos operacionais de limpeza, luz, água, o valor da hora-aula do professor. Todos esses elementos são levados em consideração para o cálculo do valor cobrado pelo serviço.

O departamento de marketing trabalha com a criação da marca e a divulgação da imagem. Ao passo que a venda do serviço fica a cargo do setor comercial. Departamentos localizados no próprio espaço da instituição.

Por se tratar de uma instituição de ensino, trabalha com mensalidades que variam de acordo com o curso, a mesma disponibiliza um desconto de 5% para pagamentos até a data de vencimento que podem ser feitos no débito, cheque ou boleto, após o vencimento trabalha-se com um acréscimo de 2% de multa e mais 1% de juro de mora mensal sobre o valor da mensalidade.

5.2 CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA CONSTITUÍDA

A Faculdade Chapecó é uma instituição de ensino superior privado, que disponibiliza graduação voltada à área empresarial de administração e ciências contábeis com professores qualificados para um melhor ensino dos alunos. A mesma fica localizada na AV. Porto Alegre, 980, letra E, Centro de Chapecó/ SC.

A instituição disponibiliza uma área total construída de 2.500 metros quadrados onde conta com uma biblioteca composta por rico acervo de livros voltados ao ramo empresarial, um laboratório de informática para pesquisas, um auditório, salas de aula, um setor administrativo e uma cantina.

Visando melhor atender seus alunos a instituição se limita a 100 vagas ano para os cursos, que são divididas em quatro turmas, duas em cada segmento no período noturno. Já pensando no futuro não tão distante a instituição tem o interesse de trazer para dentro do seu setor acadêmico os cursos de ciências econômicas e direito, assim com isso formar profissionais ainda mais qualificados para o mercado empresarial.

A instituição ilimitada opera através da firma social COSTELLA & CIA. devido ao nome civil de seu sócio Tiago Alberto Costella. A instituição tem sua tributação através do Lucro Real, tendo como obrigação o pagamento dos seguintes impostos e contribuições: Programa Integração Sociais (PIS), Contribuição Para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Imposto Sobre Serviço (ISS), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ).

A sociedade foi formada através de contrato social, que é o documento constitutivo da empresa, nele obrigatoriamente devendo conter as cláusulas essenciais como qualificação dos sócios; objeto social; o valor integralizado pelos sócios; divisão das cotas; prazo de duração da empresa; localização; nomeação do administrador, entre outras cláusulas acidentais que os sócios acordarem.

A empresa constituída através de uma sociedade em nome coletivo, é formada por dois sócios Oseias Luan Hunnig e Tiago Alberto Costella. O valor a ser integralizado pelos sócios foi dividido em 201.000,00 (duzentas e uma mil) cotas no valor de 1,00 (um real) cada, pertencendo a cada um dos sócios o direito a 50% destas, equivalendo a 100.500,00 (cem mil e quinhentas) cotas.

A administração da empresa caberá ao sócio Oseias Luan Hunnig que de acordo com cláusula contratual terá poderes e atribuições de representar a sociedade em juízo ou fora dele, obrigar a sociedade, firmar contratos, abrir contas bancárias e demais atribuições necessárias à sua gestão.

5.3 RECURSOS E INVESTIMENTOS INICIAIS

Para o início de qualquer empreendimento deve-se calcular de forma mais exata possível qual será o capital necessário para o início das atividades planejadas e como ele será distribuído dentro da empresa, seja em estoque, imóveis, veículos, móveis, equipamento, dinheiro em caixa ou fora dele, ações, terrenos, conta bancária.

O Quadro 01 demonstra o investimento inicial necessário para a abertura da empresa e como esses recursos serão aplicados nas atividades de COSTELLA & CIA.

Quadro 01- Investimento inicial

Contas	Valores EM: R\$
Caixa	41.350,00
Banco	59.000,00
Móveis	68.950,00
Veículo	40.000,00
Equipamentos	50.700,00
Livros	40.000,00
Total do investimento	300.000,00

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Nota-se no Quadro 01 que será necessário um capital de 300.000,00 mil reais para iniciar as atividades. Esta distribuição preocupou-se em dar atenção aos elementos necessários para colocar a empresa em operação, sendo o valor alocado em caixa, conta corrente, banco, moveis, veículos e equipamentos.

Das origens de recursos 67%, equivalente a 201.000,00 reais foram integralizados pelos sócios e 33%, representando 99.000,00 reais, foi originado do capital de terceiros, captado através de um empréstimo junto a banco.

A escolha do financiamento foi precedida pelo levantamento de três orçamentos em diferentes bancos. O valor solicitado para avaliação foi de 99.000,00 mil reais e o tempo para quitação da dívida de 24 meses. Obteve-se os seguintes resultados: O Banco do BRASIL apresentou a opção através de uma taxa de juro de 1,75% ao mês. O Banco SICCOB forneceu uma taxa de 1,99% ao mês. Tal empréstimo, no valor e período de quitação especificado geraria um juro de 24.626,25 reais e montante final de 123.626,25 reais.

Já o banco BNDES, instituição escolhida para fornecer o empréstimo, concedeu um valor de 99.000,00 reais com um período de quitação de 24 meses a uma taxa de 1,22% ao mês. Resultando ao final dos 24 meses em um juro de 15.097,50 reais, com montante final de 114.097,50 mil reais, bem abaixo que os demais bancos.

O Quadro 02 representa a forma como foram realizados os cálculos das parcelas e o valor dos juros cobrados sobre o empréstimo obtido junto a instituição de fomento.

Quadro 02- Tabela SAC para quitação de dívida.

Tabela de cálculo dos juros do empréstimo obtido junto ao banco BNDES					
				Taxa	0,01220
Período	Capital	Amortização	Saldo devedor	Juros	Parcela
0	R\$ 99.000,00		R\$ 99.000,00		
01		R\$ 4.125,00	R\$ 94.875,00	R\$ 1.207,80	R\$ 5.332,80
02		R\$ 4.125,00	R\$ 90.750,00	R\$ 1.157,48	R\$ 5.282,48
03		R\$ 4.125,00	R\$ 86.625,00	R\$ 1.107,15	R\$ 5.232,15
04		R\$ 4.125,00	R\$ 82.500,00	R\$ 1.056,83	R\$ 5.181,83
05		R\$ 4.125,00	R\$ 78.375,00	R\$ 1.006,50	R\$ 5.131,50
06		R\$ 4.125,00	R\$ 74.250,00	R\$ 956,18	R\$ 5.081,18
07		R\$ 4.125,00	R\$ 70.125,00	R\$ 905,85	R\$ 5.030,85
08		R\$ 4.125,00	R\$ 66.000,00	R\$ 855,53	R\$ 4.980,53

09		R\$ 4.125,00	R\$ 61.875,00	R\$ 805,20	R\$ 4.930,20
10		R\$ 4.125,00	R\$ 57.750,00	R\$ 754,88	R\$ 4.879,88
11		R\$ 4.125,00	R\$ 53.625,00	R\$ 704,55	R\$ 4.829,55
12		R\$ 4.125,00	R\$ 49.500,00	R\$ 654,23	R\$ 4.779,23
13		R\$ 4.125,00	R\$ 45.375,00	R\$ 603,90	R\$ 4.728,90
14		R\$ 4.125,00	R\$ 41.250,00	R\$ 553,58	R\$ 4.678,58
15		R\$ 4.125,00	R\$ 37.125,00	R\$ 503,25	R\$ 4.628,25
16		R\$ 4.125,00	R\$ 33.000,00	R\$ 452,93	R\$ 4.577,93
17		R\$ 4.125,00	R\$ 28.875,00	R\$ 402,60	R\$ 4.527,60
18		R\$ 4.125,00	R\$ 24.750,00	R\$ 352,28	R\$ 4.477,28
19		R\$ 4.125,00	R\$ 20.625,00	R\$ 301,95	R\$ 4.426,95
20		R\$ 4.125,00	R\$ 16.500,00	R\$ 251,63	R\$ 4.376,63
21		R\$ 4.125,00	R\$ 12.375,00	R\$ 201,30	R\$ 4.326,30
22		R\$ 4.125,00	R\$ 8.250,00	R\$ 150,98	R\$ 4.275,98
23		R\$ 4.125,00	R\$ 4.125,00	R\$ 100,65	R\$ 4.225,65
24		R\$ 4.125,00	R\$ 0,00	R\$ 50,33	R\$ 4.175,33
	Total	R\$ 99.000,00		R\$ 15.097,50	R\$ 114.097,50

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Observa-se no Quadro 02, que a empresa adquiriu um empréstimo de 99.000,00 reais que será quitado no prazo de 24 meses com uma parcela de amortização de 4.125,00 reais, somados aos juros que são calculados mês a mês sobre o saldo devedor. Após todo o ciclo de 24 meses a empresa pagará um juro total de 15.097,50 reais, que somado ao empréstimo resultará em um montante final de 114.097,50 reais.

5.4 REGISTRO DO PATRIMÔNIO E RESULTADO TRIMESTRAL

Nesta seção iremos apresentar a estrutura patrimonial necessária à constituição e abertura da empresa por meio do balanço patrimonial inicial. Em sequência será apresentado a projeção dos resultados do primeiro trimestre da empresa através da demonstração do resultado do exercício, e por fim apresentar-se-á o balanço patrimonial final, considerando neste o resultado obtido no primeiro trimestre.

5.4.1 Balanço patrimonial inicial

O Quadro 03 apresenta a representação gráfica do patrimônio inicial da empresa COSTELLA & CIA.

Quadro 03 – Balanço Patrimonial inicial

Empresa COSTELLA & CIA.		EM: R\$	
Balanço Patrimonial em 30/03/2016			
Ativo		Passivo	
Ativo circulante		Passivo Circulante	
Caixa	43.550,00	Empréstimos	49.500,00
Banco	59.000,00		
Ativo não circulante		Passivo não circulante	
Móveis	68.950,00	Empréstimos	49.500,00

Equipamentos	48.500,00		
Veículos	40.000,00	Patrimônio Líquido	
Livros	40.000,00	Capital social	201.000,00
Ativo Total	300.000,00	Passivo + Patrimônio Líquido Total	300.000,00

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Observamos através do Quadro 03 que no início das atividades, dos 300.000,00 reais correspondentes ao patrimônio inicial, tem-se 201.000,00 mil investidos pelos sócios e o restante, os 99.000,00 mil captados através do banco BNDES a uma taxa de 1,22% a.m. Levando-se em conta o período acordado de 24 prestações mensais.

Os recursos foram aplicados na atividade da empresa sendo que 43.550,00 reais ficaram no caixa e 59.000,00 reais na conta corrente da empresa. Foi necessário investir 68.950,00 reais em móveis, 48.500,00 reais em equipamentos assim como 40.000,00 na aquisição de um veículo. Outros 40.000,00 reais foram dedicados a compra de livros. Aquisição esta, tratando-se de uma instituição de ensino, considerada como investimento.

5.4.2 Apresentação da demonstração do resultado acumulada no trimestre

O Quadro 04 apresenta o resultado das atividades econômicas da empresa observado no primeiro trimestre de suas atividades.

Quadro 04- Demonstração do resultado trimestral

Empresa COSTELLA & CIA.				
Demonstração do Resultado				
Demonstração de Resultado	Abril/2016	Mairo/2016	Junho/2016	EM: R\$ Acumulado no trimestre
(=) Receita Bruta de Vendas	84.000,00	82.320,00	79.800,00	246.120,00
(-) Impostos sobre vendas	(11.130,00)	(10.907,40)	(10.573,50)	(32.610,90)
(-) PIS 1,65%	(1.386,00)	(1.358,28)	(1.316,70)	(4.060,98)
(-) COFINS 7,6%	(6.384,00)	(6.256,32)	(6.064,80)	(18.705,12)
(-) ISS 4%	(3.360,00)	(3.292,80)	(3.192,00)	(9.844,80)
(=) Receita Líquida de Vendas	72.870,00	71.412,60	69.226,50	213.509,10
(-) Custo serviço prestado	(40.800,00)	(40.835,00)	(40.450,00)	(122.085,00)
(=) Resultado Bruto	32.070,00	30.577,60	28.776,50	91.424,10
(-) Despesas Operacionais	(22.950,72)	(22.515,40)	(22.636,47)	(68.102,59)
(-) Despesas Administrativas	(20.442,92)	(20.357,92)	(20.229,32)	(61.030,16)
(-) Desp. Com depreciação	(2.382,92)	(2.382,92)	(2.382,92)	(7.148,76)
(-) Desp. Com salários	(13.360,00)	(13.360,00)	(13.360,00)	(40.080,00)
(-) Desp. Com telefone	(800,00)	(735,00)	(726,40)	(2.261,40)
(-) Desp. Mat. Exped.	(1.000,00)	(850,00)	(880,00)	(2.730,00)
(-) Desp. Com combustível	(500,00)	(630,00)	(480,00)	(1.610,00)
(-) Desp. Com Pró-labore	(2.400,00)	(2.400,00)	(2.400,00)	(7.200,00)
(-) Despesas com Vendas	(3.000,00)	(2.700,00)	(3.000,00)	(8.700,00)
(-) Desp. Com marketing	(3.000,00)	(2.700,00)	(3.000,00)	(8.700,00)
(+/-) Encargos financeiros líquidos	(1.207,80)	(1.157,48)	(1.107,15)	(3.472,43)
(-) Despesas financeiras	(1.207,80)	(1.157,48)	(1.107,15)	(3.472,43)
(+/-) Outras receitas ou despesas	1.700,00	1.700,00	1.700,00	5.100,00

(+) alugueis recebidos	1.700,00	1.700,00	1.700,00	5.100,00
(=) Resultados antes das contribuições	9.119,28	8.092,20	6.140,03	23.321,51
(-) CSLL 9%	(820,73)	(728,29)	(552,60)	(2.101,62)
(-) IRPJ 15%	(1.367,89)	(1.213,83)	(921,01)	(3.502,73)
(=) Resultado Líquido	6.930,66	6.150,08	4.666,42	17.717,16

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Observa-se no Quadro 04 que no primeiro trimestre de atividade da Costella & Cia a empresa obteve uma receita bruta de 246.120,00 reais. A carga tributária gerada correspondeu especificamente a 1,65% de PIS, 7,6% de COFINS e 4% de ISS, totalizando 32.610,90 reais. Disso resultou-se uma receita líquida vendas de 213.509,10 reais.

Deduzidos desta receita líquida o custo do serviço prestado, totalizado em 122.085,00 reais, (custo considerado através dos gastos com salários, luz, água, material de expediente e aluguel), obteve-se um resultado bruto de 91.424,10 reais.

As despesas operacionais, compostas através das despesas administrativas e despesas com vendas, levando ainda em consideração o saldo dos encargos financeiros assim como o saldo de outras receitas ou despesas, confere uma redução de 68.102,59 reais ao resultado bruto do período. Chega-se dessa forma a um resultado antes das contribuições sociais e imposto de renda de 23.321,51 reais. A dedução destes últimos tributos (especificamente 2.101,62 de CSLL e 3.502,73 de IRPJ) converte a um resultado líquido positivo do período. Representando um lucro de 17.717,16 mil reais.

5.4.3 Apresentação do balanço patrimonial final.

O Quadro 05 apresenta a representação gráfica do patrimônio da empresa COSTELLA & CIA.

Quadro 05 – Balanço Patrimonial final

Empresa COSTELLA & CIA.		Balanço Patrimonial em 30/06/2016		EM: R\$
Ativo		Passivo		
Ativo circulante		Passivo Circulante		
Caixa	38.323,76	Empréstimos		49.500,00
Banco	76.717,16			
Ativo não circulante		Passivo não circulante		
Móveis	68.950,00	Empréstimos		37.125,00
Equipamentos	48.500,00			
Veículo	40.000,00	Patrimônio Líquido		
Livros	40.000,00	Capital social		201.000,00
(-) Depreciação acumulada	(7.148,76)	Lucro líquido do exercício		17.717,16
Ativo Total	305.342,16	Passivo + Patrimônio Líquido Total		305.342,16

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Observa-se através do Quadro 05 que após 3 meses de atividade, e considerando o resultado acumulado do período, o patrimônio da empresa é de 218.717,16 reais deste montante o investimento dos sócios foi de 201.000,00 reais e o retorno desse investimento da forma de lucros foi de 17.717,16 reais o restante dos recursos foram captados de terceiros sendo 99.000,00 reais através de empréstimo.

Os recursos aplicados na atividade da empresa após 3 meses de atividade estão assim representados: 38.323,76 reais ficaram no caixa, 76.717,16 reais na conta corrente da empresa. Foi necessário investir 68.950,00 reais em móveis, 48.500,00 reais em equipamentos, 40.000,00 reais em veículo e 40.000,00 reais em livros. Ouve também uma conta redutora no valor de 7.148,76 reais que é a depreciação acumulada no trimestre do imobilizado

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

Verificou-se através do presente estudo os elementos constitutivos fundamentais e o panorama social e econômico que envolvem a constituição de uma empresa no segmento do ensino superior. Como demonstrado nas análises teóricas, o conhecimento sobre a contabilidade, as ferramentas da matemática financeira, tal como as noções sobre as atualidades do direito empresarial e a ética no desenvolvimento das atividades, provam-se sempre necessárias a qualquer empreendimento. Tais conhecimentos, somados à análise de campo, de um lado desenvolvida através da reconstituição do cenário econômico do segmento, de outro pelo estudo de campo realizado, foram imprescindíveis ao sucesso da empresa constituída.

O objetivo deste trabalho era verificar de que maneira a ciência da contabilidade pode contribuir para uma empresa neste setor. Vimos, através da empresa criada, FACULDADE CHAPECÓ, que a contabilidade está no núcleo gerencial de todo empreendimento. Foi através da contabilidade que pudemos prever, controlar e projetar os recursos financeiros e humanos obtidos a fim de conseguir manter certo controle sobre a empresa. As ferramentas que a contabilidade em seu sentido estrito proporciona compuseram os meios de avaliação do patrimônio desde sua constituição ao término do período avaliado, assim como a avaliação sobre seus resultados. Já a contabilidade em seu sentido amplo, entendida como os demais conhecimentos necessários para sua realização, auxiliou desde a opção societária e tributária até a formação de preços e gerenciamento geral.

A guisa de conclusão recapitula-se aqui as principais características e resultados obtidos através da empresa constituída. Desenvolveu-se uma sociedade em nome coletivo, ilimitada entre dois sócios, uma instituição de ensino superior privada, intitulada FACULDADE

CHAPECÓ, atendendo pelo nome empresarial COSTELLA & CIA localizada em Chapecó/SC. A mesma constituída através de contrato social teve seu capital integralizado distribuído em cotas. Capital este integralizado pelos sócios e por empréstimo de terceiros (empréstimo obtido junto a banco, com um prazo de quitação em 24 meses). Com esse valor foram adquiridos moveis, veículo, livros e equipamento e deixado saldo em caixa e em banco.

Na esfera tributária optou-se pelo lucro Real, escolha tomada em função da praticidade administrativa do caso analisado, e para maior controle do patrimônio foram desenvolvidos um balanço patrimonial inicial, uma demonstração de resultados com os movimentos trimestrais, e um balanço patrimonial final demonstrando a situação da instituição no final dos três meses.

O cenário apresentado foi construído através de uma determinação do faturamento bruto anual, estabelecido em R\$ 1.000.000,00 anuais. Este horizonte, norteou a dimensão do empreendimento e também o tipo societário escolhido, sociedade em nome coletivo. O financiamento, totalizando um capital de terceiros no valor de 99.000,00 mil reais foi precedido por análise de mercado, optando-se pela instituição de fomento BNDS cuja opção se mostrava mais vantajosa para a empresa. Com juros de 1,75% o Banco do Brasil oneraria o empreendimento em 6.558,75 mil reais a mais que os 15.097,50 pagos ao BNDS. Já o banco SICOB se provou o mais oneroso, com uma taxa de juros de 1,99%. Em comparação com a escolha, haveria uma diferença de 9.528,75 mil reais.

Vimos através dos balanços patrimoniais que o trimestre representou um aumento patrimonial da entidade em 5.342,16 mil reais. Traduzidos pelo bom rendimento do período avaliados pela demonstração do resultado, evidenciando um lucro líquido de 17.717,16 reais. É com base nesses dados disponibilizados pela gestão contábil da empresa que poderá se avaliar o direcionamento futuro para os próximos trimestres, seja na manutenção das escolhas atuais seja na reavaliação do direcionamento da entidade.

REFERÊNCIAS

BERGAMINI JÚNIOR, Sebastião. **Ética Empresarial e Contabilidade: o Caso Enron**. São Paulo, Pensar Contábil, 5ªed. 2015.

BRASIL. **Decreto nº 1.171**, de 22 de junho de 1994. Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm>. Acesso em: 03 mar. 2016.

BRASIL. **Atual situação da educação**. Instituição Nacional de Estudos e Pesquisas, (INEP) disponível em: <<http://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?Dashboard>>. Acesso em: 09 mar. 2016.

BRASIL. **Lei Nº 10.406** de janeiro de 2002. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm>. Acesso em: 18 mar. 2016

BRASIL. **LEI Nº 9.394**, 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 18 mar. 2016.

BRASIL. **Resolução CFC nº 803**, de 20 de novembro de 1996. Aprova o Código de Ética Profissional do Contador – CEPC. Disponível em:
<http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=1996/000803>. Acesso em: 25 mar. 2016.

BUENO, F da S. **Grande dicionário etimológico prosódico da língua portuguesa**. São Paulo: Lisa, 1988.

Código de Ética Profissional do Contador (CEPC). **Sigilo profissional em contabilidade**. 2003. Disponível em:
<http://www.fiscosoft.com.br/main_online_frame.php?page=/index.php?PID=135158&key=2748225>. Acesso em: 25 mar. 2016.

Comissão de Pronunciamentos Contábeis (CPC). 2011. Disponível em:
<http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/455_CPC00%20Pronunciamento.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2016.

CONTADOR, C. R. **Projetos sociais – avaliação e prática**. São Paulo: Editora Atlas, 2008. In: SECCA, R. LEAL, R. Análise do setor de ensino superior privado no Brasil. *BNDES setorial*. Rio de Janeiro, n. 30, set. 2009. Disponível em:
<<http://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/1943>>. Acesso em: 02 mar. 2016.

CUNHA, Chriselen Riberio; COLARES, Ana Carolina Vasconcelos. **A ética profissional e o contador**: Um estudo sobre a postura ética no exercício da profissão em escritórios de contabilidade. In congresso UFSC de controladoria e finanças & iniciação científica em contabilidade, 5. 2014, Florianópolis. Disponível em:
<http://dvl.ccn.ufsc.br/congresso/arquivos_artigos/artigos/1000/20140425072012.pdf> Acesso em: 25 mar. 2016.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 3ª. ed. 1987.

DENNY, Ercílio. **Ética e sociedade**. São Paulo: Opinião, 2001.

DORLENAS, J.; SPINELLI, S.; ADAMS, R. **A Criação de Novos Negócios - Empreendedorismo Para o Século XXI**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2014.

FIGUEIREDO, A M. B. et al. **Pesquisa científica e trabalhos acadêmicos**. Chapecó: UCEFF Faculdades, 2º ed. 2014.

FRANCO, Hilário. **Contabilidade geral**. 22ª. ed. São Paulo, Atlas. 1990.

GOMES, José Maria; MATHIAS, Washinton Franco. **Matemática Financeira**. São Paulo: 2002.

GOMES, Pedro Mena. **O impacto das mudanças do fies na educação superior brasileira.** 2015. Disponível em: <<http://www.hoper.com.br/#!O-IMPACTO-DAS-MUDAN%C3%87AS-DO-FIES-NA-EDUCA%C3%87%C3%83O-SUPERIOR-BRASILEIRA/cupd/2FDF66AA-7828-4417-9C16-6B4B1F060446>>. Acesso em: 25 mar. 2016

HOJI, Masakazu. **Administração financeira: Uma abordagem pratica.** 4ª. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

IDA, Ana Maria Faria. **Número do ensino superior privado no Brasil 2014.** Brasília: ABMES, 2015. Disponível em: <http://abmes.org.br/public/arquivos/publicacoes/numeros_2014_cc.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2016.

MAINARDES, E. W; MIRANDA, C. S.; CORREIA, C. H. **A gestão estratégica de instituições de ensino superior: um estudo multicaso.** Contextus - Revista Contemporânea de Economia e Gestão. Fortaleza, v. 9, n. 1, jan/jun. 2011. Disponível em: <<http://www.contextus.ufc.br/2014/index.php/contextus/article/download/126/108>>. Acesso em: 02 mar. 2016.

MARQUES, Newton Ferreira da Silva. **Estrutura e função do sistema financeiro no análises especiais sobre política monetária e dívida pública, autonomia do Banco Central e política cambial.** Brasília: Thesaurus, 2003.

NEGRÃO, Ricardo. **Manual do direito comercial e de empresa.** 3ª. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2003.

NETO, Alexandre Assaf. **Matemática financeira e suas aplicações.** 7ª. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

NETO, Jocildo Correa. **Planejamento e controle orçamentário: manual de orçamento empresarial.** Rio de janeiro: Elsevier, 2011.

NONATO, Alexandre. **O que esperar da educação superior nos próximos dois anos?** 2015. Disponível em: <<http://www.hoper.com.br/#!O-QUE-ESPERAR-DA-EDUCA%C3%87%C3%83O-SUPERIOR-NOS-PR%C3%93XIMOS-2-ANOS/cupd/5550df240cf23d016489bdb>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

RAMOS, André L. S. C. **Direito Empresarial Esquematizado** São Paulo: Método, 2012.

RODRIGUES, A.; GOMES, J. S. **Contabilidade Empresarial: Textos e Casos Sobre CPC e IFRS.** Rio de janeiro: Elsevier 2014.

RUSS, J. **Dicionário de filosofia.** São Paulo: Scipione, 1994.

SÁ, Antônio Lopes de. **Ética profissional.** 9ª. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SAMPAIO, Helena. **O setor privado de ensino superior no Brasil: continuidades e transformações.** Ensino superior Unicamp, Campinas, edição nº 4, out. 2011. Disponível em:

<http://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/o-setor-privado-de-ensino-superior-no-brasil-continuidades-e-transformacoes>>. Acesso em: 09 mar. 2016

SANTOS; Franklin C. S. - **Contabilidade Básica**. Clube dos Autores, Joinville 2011.

SECCA, R. LEAL, R. **Análise do setor de ensino superior privado no Brasil**. BNDES setorial. Rio de Janeiro, n. 30, set. 2009. Disponível em: <<http://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/1943>>. Acesso em: 02 mar. 2016. 2009.

SELENE, Roberto Bohlen. **Diretrizes e Práticas da Gestão Financeira e Orientações Tributárias**. Curitiba: Ibplex, 2010.

SROUR, Robert Henry. **Ética empresarial**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

VIANA, Pedro Jorge Ramos. **Inflação**. São Paulo: Manole LTDA, 2003.